



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2025  
(INEXIGIBILIDADE Nº 31/2025 - CREDENCIAMENTO)  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2025**

**PARTES:**

**CONTRATANTE:** Fundo Municipal de Saúde do Município de Anaurilândia-MS.

**CREDENCIADO:** JOÃO VITOR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

**OBJETO:** Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços médicos especializados em Oftalmologia, visando a realização de consultas médicas para atendimento à demanda da rede pública de saúde do município de Anaurilândia/MS.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

122.02.013.10.301.0015.2027.33.90.39.00.00.00 - 1.500

122.02.013.10.301.0015.2027.33.90.39.00.00.00 – 2.621.0000

122.02.013.10.301.0015.2027.33.90.39.00.00.00 – 1.621

**VALOR ESTIMADO:** de R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais)

**PRAZO:** 12 (doze) mês.

**DATA DA ASSINATURA:** 02 de dezembro de 2025

**ASSINAM:** Sr. Guilherme Gomes Zandonadi – Secretário Municipal de Saúde, e o Sr. João Vitor Facholi Goulart Quirino, da empresa JOÃO VITOR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.



**Estado do Mato Grosso do Sul**

**Câmara Municipal de Anaurilândia**

**Câmara Municipal de Anaurilândia - MS**

**Processo Administrativo nº 013/2025**

**Dispensa de Licitação 006/2025**

**Fundamentação Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

O Presidente da Câmara Municipal de Anaurilândia-MS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação, nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando o resultado proferido pelo Agente de Contratação no processo administrativo acima mencionado, decide **ADJUDICAR** o objeto ao licitante vencedor e **HOMOLOGAR** o procedimento de dispensa de licitação, conforme segue:

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição de 15 (quinze) cestas natalinas para os servidores da Câmara Municipal de Anaurilândia/MS.

**Vencedor:** EMPRESA RODA VIVA SUPERMERCADO LTDA – CNPJ 45.224.598/0001-30, com valor total de R\$9.502,50 (nove mil, quinhentos e dois reais e cinquenta centavos).

Anaurilândia/MS, 03 de dezembro de 2025.

**CELSO ALVES DOS SANTOS**

**Presidente da Câmara Municipal de Anaurilândia/MS**



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTÃO 2025/2028

## **DECRETO Nº 2.081/2025**

**“Estabelece normas para o encerramento da execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como para a elaboração das prestações de contas do Município de Anaurilândia-MS, referentes ao exercício financeiro de 2025, e dá outras providências”.**

**O PREFEITO (A) MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA/** ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, Sr. RAFAEL GUSMÃO HAMAMOTO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, bem como a necessidade de adequação às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conforme determinado pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e suas alterações;

**CONSIDERANDO** que o encerramento do exercício financeiro e o consequente levantamento das Demonstrações Contábeis constituem providências que devem ser prévia e adequadamente planejadas;

**CONSIDERANDO** que os procedimentos pertinentes a tais providências devem ser cumpridos de forma uniforme e rigorosamente dentro dos prazos estabelecidos;

**CONSIDERANDO** a imprescindibilidade de disciplinar os procedimentos administrativos relacionados a compras e licitações, execução orçamentária, tesouraria e patrimônio para a elaboração das Prestações de Contas de Gestão; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de normatizar os procedimentos e estabelecer um cronograma de atividades e ações para o encerramento do exercício financeiro de 2025, visando atender à legislação vigente e preparar adequadamente o início do exercício financeiro de 2026.



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTÃO 2025/2028

**DECRETA:**

## **CAPÍTULO I** **DO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 1º.** Os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta observarão as disposições de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial estabelecidas neste Decreto, para fins de encerramento do exercício financeiro de 2025.

**Parágrafo único.** As normas estipuladas neste decreto deverão ser observadas em conformidade com o princípio da anualidade orçamentária, previsto no art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o regime de competência conforme determinado pelo art. 50, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, para garantir uma execução orçamentária, financeira e contábil adequada ao período fiscal.

**Art. 2º.** Em observância ao regime de competência da despesa, serão empenhadas e contabilizadas, no exercício financeiro, apenas as parcelas de contratos, convênios e demais ajustes cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro do exercício correspondente.

**Parágrafo único.** As parcelas de despesas cujo fato gerador ocorrer no exercício subsequente deverão ser empenhadas exclusivamente no respectivo exercício, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

**Art. 3º.** As Unidades Orçamentárias do Poder Executivo deverão encaminhar suas solicitações de empenhos à **Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças**, impreterivelmente até o dia **10 de dezembro de 2025**.

**Art. 4º.** A emissão de empenhos, a partir da publicação deste Decreto, ficará condicionada à efetiva disponibilidade de recursos financeiros.

**Art. 5º.** O prazo máximo para a emissão de Notas de Empenho, referente às dotações orçamentárias do exercício corrente, será até o dia **19 de dezembro de 2025**, ressalvadas as hipóteses previstas neste Decreto.



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTÃO 2025/2028

**Art. 6º.** As despesas com diárias de pessoal, correspondentes ao período de **19 de dezembro a 31 de dezembro de 2025**, serão processadas e pagas conforme a legislação aplicável.

**Art. 7º.** Serão anuladas as Notas de Empenho cujas despesas não tenham sido executadas até o **dia 30 de dezembro de 2025**.

**Parágrafo único.** Considera-se despesa não executada aquela em que não tenha ocorrido a entrega do material ou a prestação do serviço correspondente.

**Art. 8º.** O prazo para execução das despesas e para a prestação de contas dos pagamentos decorrentes de Suprimento de Fundos concedidos a servidores encerrar-se-á em **30 de dezembro de 2025**.

**Art. 9º.** Os responsáveis por Suprimento de Fundos, nos termos do art. 68 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, deverão efetuar o recolhimento dos saldos não aplicados, bem como apresentar a respectiva prestação de contas ao **Setor de Contabilidade** até o dia **30 de dezembro de 2025**.

**Parágrafo único.** Nos casos excepcionais em que o suprimento de fundos se estender ao exercício seguinte, os gastos poderão ser comprovados até o dia 15 de janeiro de 2026.

## **CAPÍTULO II** **DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS**

**Art. 10.** O Livro de Inventário constitui documento obrigatório na prestação de contas do Município, devendo os bens de caráter permanente conter registros analíticos com a indicação dos elementos necessários à sua perfeita identificação, bem como dos agentes responsáveis pela guarda e administração, em conformidade com o § 2º do art. 9º da Resolução TCE/MS nº 88, de 3 de outubro de 2018.





# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTÃO 2025/2028

**Art. 11.** O Prefeito Municipal nomeará, por ato interno, a Comissão de Avaliação e Levantamento Patrimonial de Bens Móveis e Imóveis a partir de 05 de dezembro de 2025, devendo os trabalhos ser concluídos até 28 de fevereiro de 2026.

**Parágrafo único.** A Comissão de Avaliação e Levantamento Patrimonial observará rigorosamente a legislação vigente, incluindo as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

## **CAPÍTULO III** **DOS RESTOS A PAGAR**

**Art. 12.** As despesas legalmente empenhadas e devidamente liquidadas, que não forem pagas até o encerramento do exercício financeiro de 2025, serão inscritas em Restos a Pagar, observado o limite da disponibilidade financeira de cada órgão, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Federal nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

**Parágrafo único.** Consideram-se liquidadas as despesas com bens entregues ou serviços prestados, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 13.** As despesas descritas no art. 12 serão inscritas em Restos a Pagar, classificadas da seguinte forma:

I - **Restos a Pagar Processados:** despesas empenhadas, cujos bens ou serviços tenham sido efetivamente recebidos e aceitos pelo órgão contratante, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - **Restos a Pagar Não Processados:** despesas empenhadas relativas a bens ou serviços ainda não entregues ou prestados, condicionadas à comprovação do direito adquirido pelo credor.

**Parágrafo único.** Os saldos de empenho de despesas não executadas deverão ser anulados antes do encerramento do exercício financeiro.



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTÃO 2025/2028

**Art. 14.** Poderão ser inscritas em Restos a Pagar Não Processados, desde que haja disponibilidade de caixa para sua cobertura e comprovado o direito do credor, as despesas relativas a:

I - compromissos assumidos por meio de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;

II - serviços públicos continuados;

III - obras e serviços de engenharia em andamento.

**Art. 15.** É vedada a reinscrição de despesas em Restos a Pagar, assegurado ao credor o direito ao recebimento mediante emissão de Nota de Empenho, no exercício em que a dívida for reconhecida, à conta do elemento “Despesas de Exercícios Anteriores”, nos termos do art. 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Parágrafo único.** O reconhecimento da despesa de exercícios anteriores deverá ser formalizado por meio de processo administrativo interno, devidamente instruído e justificado pela unidade gestora competente.



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTAO 2025/2028

**Art. 16.** Fica o Setor de Contabilidade autorizado a proceder, até o dia 30 de dezembro de 2025, o cancelamento dos empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados, relativos a exercícios anteriores, que não disponham de disponibilidade de caixa.

**Parágrafo único.** O cancelamento de que trata este artigo deverá ser formalizado por meio de processo administrativo interno, devidamente instruído e justificado pela unidade gestora responsável.

## **CAPÍTULO IV** **DO CANCELAMENTO DAS DÍVIDAS PASSIVAS**

**Art. 17.** Fica o Setor de Contabilidade, no exercício de sua autoridade e competência técnica, autorizado a realizar o cancelamento de Dívidas Passivas que impactem negativamente o resultado patrimonial do exercício financeiro de 2025, utilizando como contrapartida a conta patrimonial “Ajustes de Exercícios Anteriores” do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial, devidamente instruído com documentação comprobatória e acompanhado de suas respectivas Notas Explicativas.

## **CAPÍTULO V** **DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS**

**Art. 18.** O Setor Jurídico deverá apresentar ao Setor de Contabilidade, ao final do exercício financeiro de 2025, a relação nominal dos precatórios judiciais devidos pelo Município, para fins de registro e contabilização na Prestação de Contas, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

## **CAPÍTULO VI** **DA DÍVIDA ATIVA**

**Art. 19.** O setor responsável pelo controle da Dívida Ativa deverá adotar, de imediato, as medidas administrativas e judiciais cabíveis em relação aos créditos a receber registrados nas demonstrações contábeis do Município.



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTAO 2025/2028

**Art. 20.** O setor responsável deverá realizar, até o encerramento do exercício financeiro de 2025, levantamento detalhado da Dívida Ativa tributária e não tributária do Município, com vistas à adoção dos ajustes e regularizações necessários para a correta escrituração dos valores e sua inclusão na Prestação de Contas de Governo.

**Art. 21.** Para fins de registro contábil, o ato legal que determinou o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao exercício de 2025, deverá ser entregue ao Setor de Contabilidade até 30 de dezembro de 2025, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

## **CAPÍTULO VII** **CRÉDITOS A RECEBER “REALIZÁVEL”**

**Art. 22.** Fica o Setor de Contabilidade autorizado a proceder a ajustes, baixas e inscrições nos créditos a receber classificados como “Realizável”, devendo registrar as justificativas em Notas Explicativas anexadas à Prestação de Contas do exercício.

## **CAPÍTULO VIII** **DO RECESSO DE FINAL DE ANO**

**Art. 23.** Fica estabelecido ponto facultativo, no âmbito dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, no período de 22 de dezembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026, mantidos em funcionamento os serviços essenciais que, por sua natureza, não podem ser interrompidos.

**Parágrafo único.** Os titulares dos órgãos e entidades deverão instituir escala mínima de funcionamento para assegurar a continuidade dos serviços essenciais durante o período de ponto facultativo.





# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTÃO 2025/2028

## **CAPÍTULO IX** **DAS LICITAÇÕES**

**Art. 24.** A abertura de processos licitatórios previstos no orçamento vigente, com recursos provenientes de tributos e transferências constitucionais, ficará encerrada em 19 de Dezembro de 2025, ressalvados os processos indispensáveis ao cumprimento dos limites constitucionais e aqueles vinculados a transferências de recursos oriundos de convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres.

**Parágrafo único.** A partir desta data, nenhum pedido de aquisição de bens ou contratação de serviços poderá ser efetuado sem autorização expressa do Prefeito Municipal.

**Art. 25.** Os documentos necessários à avaliação da regularidade e legalidade das fases processuais das contratações públicas deverão ser devidamente organizados, digitalizados e remetidos eletronicamente, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução TCE/MS nº 88, de 3 de outubro de 2018, e suas alterações.

**§ 1º.** Compete às unidades responsáveis pela instrução dos processos e ao fiscal do contrato assegurar a integridade, autenticidade e completude dos documentos encaminhados, atestando a execução do objeto contratado.

**§ 2º.** O envio eletrônico deverá ocorrer nos prazos fixados pelo Tribunal de Contas, sob pena de responsabilização da autoridade competente.

**§ 3º.** O Setor de Contabilidade e o Controle Interno deverão acompanhar o cumprimento das disposições deste artigo, adotando as medidas de registro e de comunicação necessárias.

## **CAPÍTULO X** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTÃO 2025/2028

**Art. 26.** O prazo previsto no art. 5º deste Decreto não se aplica às seguintes hipóteses:

**I** - despesas decorrentes de situações devidamente comprovadas de calamidade pública;

**II** - despesas com pessoal e encargos sociais;

**III** - parcelas de amortização e juros da dívida pública;

**IV** - débitos lançados em conta corrente bancária relativos a despesas regulamentares;

**V** - compromissos assumidos em decorrência de convênios, termos de ajuste ou transferências voluntárias realizadas com outros entes da Federação;

**VI** - despesas relacionadas às áreas de saúde, educação e FUNDEB, destinadas ao cumprimento dos índices constitucionais, bem como aquelas vinculadas a serviços essenciais que, por sua natureza, não possam ser interrompidos.

**Art. 27.** Os casos excepcionais a este dispositivo serão analisados e avaliados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.

**Art. 28.** Os responsáveis técnicos da Administração Pública Municipal, bem como, no que couber, as empresas contratadas para apoio técnico-contábil, deverão manter atualizadas, em meio eletrônico, todas as informações e dados necessários à prestação de contas e ao envio tempestivo das informações exigidas pelos órgãos de controle externo, em conformidade com a legislação vigente.

**Art. 29.** O Portal da Transparência do Município, em observância ao art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), combinado com o § 1º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá disponibilizar, em meio eletrônico de acesso público e em tempo real, informações detalhadas sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Administração Municipal, incluindo:

**I** - o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA);



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTÃO 2025/2028

**II** - os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO);

**III** - as prestações de contas anuais do Município e os respectivos pareceres prévios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS);

**IV** - as audiências públicas realizadas no âmbito do PPA, da LDO e da LOA;

**V** - os procedimentos licitatórios, inclusive editais, resultados e contratos celebrados;

**VI** - dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades municipais;

**VII** - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

**VIII** - informações sobre competências, estrutura organizacional, endereços, telefones de contato e horários de atendimento das unidades administrativas;

**IX** - as atas e os respectivos pareceres emitidos pelos conselhos municipais no âmbito da fiscalização das contas de gestão;

**X** - respostas às perguntas mais frequentes apresentadas pela sociedade;

**XI** - demais informações de interesse coletivo necessárias à transparência da gestão e ao fortalecimento do controle social.

**Art. 30.** Aplicam-se a este Decreto, em sua integralidade, as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como as demais normas legais e regulamentares que regem a Administração Pública.

**Art. 31.** Compete à Controladoria-Geral do Município zelar pelo cumprimento integral das disposições deste Decreto, adotando as medidas de controle necessárias e promovendo a responsabilização dos dirigentes e servidores que atuarem em desacordo com suas normas.

**Art. 32.** O descumprimento das disposições deste Decreto sujeitará os responsáveis às sanções previstas na legislação vigente.



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!  
GESTAO 2025/2028

**Art. 33.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anaurilândia-MS., 02 de Dezembro de 2.025

---

RAFAEL GUSMÃO HAMAMOTO  
PREFEITO(A) MUNICIPAL





# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200

**EXTRATO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Fundamento legal: Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**  
**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 52/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2025**

O **MUNICÍPIO DE ANAURILÂNDIA - MS**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **DISPENSA** sob a forma **ELETRÔNICA SEM DISPUTA**, do tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL**", para contratação de empresa especializada na elaboração de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRADE), em atendimento às exigências técnicas e legais formuladas pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, no bojo do processo de licenciamento ambiental referente à Estação de Transbordo de Resíduos Sólidos do Município de Anaurilândia/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, conforme autorizado no Processo Administrativo n.º 125/2025.

1.1 Os trabalhos serão conduzidos pelo agente de contratação nomeado pela Decreto nº 1.993/2025.

1.2 Regência Legal: O procedimento o será regido pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto Municipal n.º 1.999/2025.

1.3 Data, horário e local da realização:

1.3.1. O período para envio de propostas será de **05 a 10 de dezembro de 2025**, através do email: [licitacao2@anaurilandia.ms.gov.br](mailto:licitacao2@anaurilandia.ms.gov.br) ou entregues mediante protocolo no **Setor de Licitações**, endereço: à Rua Anaurilissia, nº 1248, Centro, CEP nº 79.770-017.

1.3.2. A análise das propostas será realizada no dia **11 de dezembro de 2025**, as 10:00 horas (horário de Brasília/DF).

1.4 O instrumento convocatório completo poderá ser obtido no site do Município de Anaurilândia - MS, no endereço: <http://www.anaurilandia.ms.gov.br> aba **Licitações**.

Anaurilândia - MS, 03 de dezembro de 2025.

**JOSÉ FONSECA NETO**  
**Agente de Contratação**



# Diário Oficial

Anaurilândia - Estado de Mato Grosso do Sul

**DIOANA - Diário oficial do Município de Anaurilândia - MS**

Quinta-feira 04 de Dezembro de 2025

Criado pela Lei Nº 674 de 06 de Janeiro de 2017  
Ano: 009 - Edição: Nº 2200



PREFEITURA DE  
**ANAURILÂNDIA**  
Construindo uma nova história!

## DECRETO Nº 2.080/2025

*"Dispõe sobre a vacância do cargo em razão de falecimento."*

O Prefeito Municipal de Anaurilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor **Rafael Gusmão Hamamoto**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

### DECRETA:

**Artigo 1º** - Nos termos do disposto no artigo 47, inciso VII, da Lei Complementar nº 001/93<sup>1</sup>, artigo 16 da Lei Complementar nº 014/2010<sup>2</sup>, **DECLARAR a VACÂNCIA** do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, por motivo de falecimento da servidora **CICERA FRANCISCA BARBOSA DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 000936905 SSP/MS, inscrita no CPF/MF sob o nº 661.677.101-63, nomeada através do Decreto 1.072/2016 de 29 de janeiro de 2016, com validade a partir de 25 de novembro de 2025.

**Artigo 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE.

Anaurilândia-MS, 27 de novembro de 2025.

  
RAFAEL GUSMÃO HAMAMOTO  
Prefeito Municipal

<sup>1</sup> Art. 47. A vacância do cargo público decorrerá de:  
V - Aposentadoria;

<sup>2</sup> Art. 16. A vacância decorrerá de exoneração, demissão, promoção, transferência, aposentadoria ou falecimento.